

Arqueologia das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

2



Anna Paula Lombardi
(Organizadora)

 **Atena**
Editora

Ano 2019

Anna Paula Lombardi

(Organizadora)

**Arqueologia das Ciências Humanas e Sociais
Aplicadas
2**

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Geraldo Alves e Natália Sandrini

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

A772 Arqueologia das ciências humanas e sociais aplicadas 2 [recurso eletrônico] / Organizadora Anna Paula Lombardi. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2019. – (Arqueologia das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas; v. 2)

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7247-050-6

DOI 10.22533/at.ed.506191601

1. Arquitetura e urbanismo. 2. Espaço urbano. 3. Patrimônio cultural. I. Lombardi, Anna Paula. II. Série.

CDD 720

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores.

2019

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

www.atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

A obra “Arqueologia das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas” aborda uma série de livros de publicação da editora Atena. O volume 2, apresenta 24 capítulos sobre os aspectos relevantes do espaço urbano das cidades brasileiras apresentando uma diversidade de pressuposições. Os capítulos exibem a preocupação em relatar as particularidades de caráter social, econômico, político e cultural sob as diferentes perspectivas dos autores que disponibilizaram seus estudos nesta obra.

Os capítulos se dedicam a apresentar estudos atuais como as cidades inteligentes e o potencial para desenvolvimento urbano, o direito a cidade e a crise do capital, sustentabilidade nas cidades, as comunidades tradicionais e as suas distinções culturais no campo, representações sociais nas cidades e o Patrimônio histórico com significados normativos e sociais no espaço urbano.

Neste volume, os capítulos apresentam uma riqueza de detalhes e peculiaridades do espaço urbano e suas pressuposições. A importância desses estudos, estão evidenciados na formação em nível de graduação e pós-graduação de acadêmicos registrando um salto quantitativo e qualitativo nas últimas décadas corroborando com a relevância dos temas abordados.

Aos leitores desta obra, que ela possa inspirar a criação de novos e sublimes estudos, proporcionando discussões e propostas para um conhecimento significativo.

Anna Paula Lombardi

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
SMART CITIES NO BRASIL - REALIDADE OU AINDA SONHO?	
<i>Patrícia Pacheco Alves de Oliveira</i>	
<i>Hugo Bona de Carvalho</i>	
<i>Beatriz Natália Guedes Alcoforado Aguiar</i>	
DOI 10.22533/at.ed.5061916011	
CAPÍTULO 2	13
CITY MARKETING, TURISMO E IDENTIDADE: ENTRE A PERCEÇÃO E A POTENCIALIZAÇÃO DOS ESPAÇOS DA VILA DE PARANAÍACABA	
<i>Fernanda Figueiredo D'Agostini</i>	
<i>Tania Cristina Bordon Miotto Silva</i>	
DOI 10.22533/at.ed.5061916012	
CAPÍTULO 3	24
O DIREITO À CIDADE NO PROJETO ORLA	
<i>Pedro Paulo de Miranda Araújo Soares</i>	
<i>Sandra Helena Ribeiro Cruz</i>	
DOI 10.22533/at.ed.5061916013	
CAPÍTULO 4	37
A CRISE DO CAPITAL E A NEGAÇÃO DO DIREITO À CIDADE	
<i>Rayssa Bernardino de Lacerda</i>	
<i>Maria de Lourdes Soares</i>	
<i>Edna Tânia Ferreira da Silva</i>	
DOI 10.22533/at.ed.5061916014	
CAPÍTULO 5	47
RELAÇÕES HUMANAS E SUSTENTABILIDADE SOCIAL: A REALIDADE DAS CIDADES	
<i>Elisângela Artmann Bortolini</i>	
DOI 10.22533/at.ed.5061916015	
CAPÍTULO 6	60
IMPACTOS TERRITORIAIS NA COMUNIDADE PESQUEIRA DE MANGUINHOS (SERRA/ES): UM ESTUDO DE CASO	
<i>Pauliane Gonçalves Moraes</i>	
DOI 10.22533/at.ed.5061916016	
CAPÍTULO 7	84
PRODUZIR CONVENCIONALMENTE OU INOVAR? O MAPA DA ACEITAÇÃO: A SUBJETIVIDADE EM JOGO - ESTUDO DE CASO DO ASSENTAMENTO ANDER RODOLFO HENRIQUE DIAMANTE D'OESTE PARANÁ	
<i>Andre Luiz de Souza</i>	
<i>Miguel Ângelo Lazzaretti</i>	
DOI 10.22533/at.ed.5061916017	

CAPÍTULO 897

POVOS INDÍGENAS E COMUNIDADES TRADICIONAIS: SINGULARIDADE DA EXISTÊNCIA E CONFLITOS COM O AGRONEGÓCIO

Anatália Daiane de Oliveira Ramos
Cristiano Apolucena Cabral
Eva Emilia Freire do Nascimento Azevedo
Edson Caetano

DOI 10.22533/at.ed.5061916018

CAPÍTULO 9 109

MESSIANISMO E CANGAÇO DESVENDADOS EM VERSO E PROSA

Dora Vianna Vasconcellos

DOI 10.22533/at.ed.5061916019

CAPÍTULO 10 120

NOS RASTOS DA FEIRA INTERNA E EXTERNA

Thiago Oliveira da Silva
Anderson Przybyszewski Silva

DOI 10.22533/at.ed.50619160110

CAPÍTULO 11 129

DA ILHA A METRÓPOLE: PARTICULARIDADES E CONSEQUÊNCIAS DE UM PERCURSO CERCADO DE PERSPECTIVAS, DESILUSÕES E DISTINTAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS

Clícia Danielly Barbosa Alcântara
David das Neves Aires
Maria Lúcia Dias Gaspar Garcia

DOI 10.22533/at.ed.50619160111

CAPÍTULO 12 140

CONTRADIÇÕES DO ESPAÇO SOCIAL: ESTUDO DAS REPRESENTAÇÕES CONTRÁRIAS À MINERAÇÃO DE OURO EM PARACATU, MG

Luís Fernando Silva Andrade
André Luiz de Paiva
Valderí de Castro Alcântara
Flávia Luciana Naves Mafra

DOI 10.22533/at.ed.50619160112

CAPÍTULO 13 159

O CENÁRIO HABITACIONAL E SUA REPERCUSSÃO NA VIDA DO IDOSO BRASILEIRO

Eleusy Natália Miguel
Simone Caldas Tavares Mafra

DOI 10.22533/at.ed.50619160113

CAPÍTULO 14 170

A JUDICIALIZAÇÃO DA QUESTÃO AGRÁRIA: QUILOMBO BOA VIDA MATA CAVALO

Elen Carolina Martins
Marluce Aparecida Souza e Silva

DOI 10.22533/at.ed.50619160114

CAPÍTULO 15	185
ESTRATÉGIAS DE PESQUISA DOCUMENTAL EM RUAS COMERCIAIS DE INTERESSE HISTÓRICO: O CASO DA AVENIDA DUQUE DE CAXIAS EM LONDRINA-PR	
<i>Eloisa R. Ribeiro Rodrigues</i>	
<i>Elisa Roberta Zanon</i>	
<i>Letícia Cabrera</i>	
DOI 10.22533/at.ed.50619160115	
CAPÍTULO 16	202
O MERCADO IMOBILIÁRIO COMO DOCUMENTO: O CASO DO APARTAMENTO CONTEMPORÂNEO DO SÉCULO XXI NA CIDADE DE SÃO PAULO	
<i>Gabriela Tiemi Minagawa Yokota</i>	
<i>Sandra Regina Casagrande de Moraes</i>	
DOI 10.22533/at.ed.50619160116	
CAPÍTULO 17	221
BOA ESPERANÇA ONTEM E HOJE: A EVOLUÇÃO URBANA DA CIDADE A PARTIR DA CONSTRUÇÃO DA HIDRELÉTRICA DE FURNAS.	
<i>João Paulo Chagas Maia Vilela</i>	
<i>Mauro Santoro Campello</i>	
DOI 10.22533/at.ed.50619160117	
CAPÍTULO 18	237
IMAGEM E ARQUITETURA: DIÁLOGOS ENTRE IDENTIDADE E MEMÓRIA SOCIAL NAS PRODUÇÕES AUDIOVISUAIS EM PALMAS – TO	
<i>Thiago Henrique Omena</i>	
<i>Bruna Coelho Alves Meneses</i>	
<i>Estéfani Marx</i>	
<i>Lourranny Parente Silva</i>	
DOI 10.22533/at.ed.50619160118	
CAPÍTULO 19	253
INVENTÁRIO DO PATRIMÔNIO FERROVIÁRIO: DOCUMENTO E INSTRUMENTO DA POLÍTICA DE PRESERVAÇÃO	
<i>Claudiana Cruz dos Anjos</i>	
DOI 10.22533/at.ed.50619160119	
CAPÍTULO 20	270
MOTIVOS PARA INVENTARIAR O INSTITUTO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO ASSIS BRASIL – 1942, NA CIDADE DE PELOTAS/RS	
<i>Lisiê Kremer Cabral</i>	
<i>Ana Lúcia Costa de Oliveiras</i>	
DOI 10.22533/at.ed.50619160120	
CAPÍTULO 21	282
A RESSIGNIFICAÇÃO SOCIAL DO USO DO ESPAÇO PÚBLICO REVITALIZADO	
<i>Ana Estela Vaz Xavier</i>	
<i>Marina Xavier Carpena</i>	
DOI 10.22533/at.ed.50619160121	

CAPÍTULO 22 297

O PATRIMÔNIO URBANO E ARQUITETÔNICO DA PEQUENA CIDADE DO OESTE PAULISTA: DA PERCEPÇÃO DO LUGAR PRATICADO AO PROJETO DE INTERVENÇÃO

Hélio Hirao

Matheus Alcântara Silva Chaparim

DOI 10.22533/at.ed.50619160122

CAPÍTULO 23 308

AS FONTES DOCUMENTAIS PARA CONHECIMENTO E ENTENDIMENTO DA CIDADE: A LEITURA DA MORFOLOGIA URBANA DA RUA MARECHAL DEODORO ATRAVÉS DOS INSTRUMENTOS NORMATIVOS / LEGISLATIVOS - JUIZ DE FORA/MG

Daniel de Almeida Moratori

DOI 10.22533/at.ed.50619160123

CAPÍTULO 24 321

A VERTICALIZAÇÃO E ESPRAIAMENTO HORIZONTAL COMO RESULTADO DA ATUAL CONFIGURAÇÃO URBANA DA CIDADE DE TERESINA-PI

Giesse Monteiro Alves de Andrade

Gustavo Borges Vieira

DOI 10.22533/at.ed.50619160124

SOBRE A ORGANIZADORA 335

CONTRADIÇÕES DO ESPAÇO SOCIAL: ESTUDO DAS REPRESENTAÇÕES CONTRÁRIAS À MINERAÇÃO DE OURO EM PARACATU, MG

Luís Fernando Silva Andrade

Programa de Pós-Graduação em Administração -
Universidade Federal de Lavras.

Lavras – Minas Gerais

André Luiz de Paiva

Programa de Pós-Graduação em Administração -
Universidade Federal de Lavras.

Lavras – Minas Gerais

Valderí de Castro Alcântara

Programa de Pós-Graduação em Administração -
Universidade Federal de Lavras.

Lavras – Minas Gerais

Flávia Luciana Naves Mafra

Programa de Pós-Graduação em Administração -
Universidade Federal de Lavras.

Lavras – Minas Gerais

RESUMO: A mineração na América Latina tem gerado grande número de conflitos. No Brasil, como caso exemplar, destaca-se a mineração de ouro a céu aberto em Paracatu, MG. Diante de discursos e práticas hegemônicas que reforçam o papel central da mineração para o desenvolvimento, aumento no número de empregos na arrecadação tributos, objetivamos compreender a produção e circulação de representações contrárias à mineração em áreas urbanas. O arcabouço teórico remete à discussão de mineração na América Latina e no Brasil, vinculada aos conceitos de espaço

e representações. Quanto à metodologia, realizamos pesquisa documental em conteúdos encontrados na mídia que contestam a atuação da empresa mineradora e do poder público local. Indicamos nos resultados que as representações tratam da expansão da fronteira da mineração, da luta pelo direito à saúde e de alternativas à miséria da vida cotidiana, intercalando o lamento pela perda das condições de vida anteriores e o desvelamento de relações socioespaciais opressoras.

PALAVRAS-CHAVE: mineração em áreas urbanas; espaço social; representações.

ABSTRACT: Mining in Latin America has generated a great number of conflicts. In Brazil, as a relevant case, stands out the open gold mining in Paracatu, MG. Before hegemonic discourses and practices that reinforce the central role of mining for development, increasing the number of jobs and tax collection, we aim to understand the production and circulation of anti - mining representations in urban areas. The theoretical framework refers to the mining discussion in Latin America and Brazil, linked to the concepts of space and representations. As for the methodology, we conducted documentary research on media content that challenge the performance of the mining company and the local public power. We indicate in the results that the representations show the expansion of

the mining frontier, the struggle for the right to health, and alternatives to the misery of everyday life, interweaving the lament for the loss of previous living conditions and the unveiling of oppressive socio-spatial relations.

KEYWORDS: mining in urban areas; social space; representations.

1 | INTRODUÇÃO

A mineração, no Brasil e no mundo, tem influenciado as dinâmicas de formação sócio-espacial e a produção e reprodução do espaço rural, bem como das cidades. Não pretendemos traçar uma linha do tempo sobre a extração/exploração mineral no país, desde seus primórdios. Nos propomos a refletir sobre os processos de dominação exercidos por megacorporações e grandes empresas de mineração, que, tomando empréstimo das palavras de Milton Santos (2015), são aquelas que fazem a política, intermediadas pelos políticos, partindo de representações veiculadas por ativistas e moradores da referida cidade.

Neste artigo, voltamos nossa atenção para os atingidos pela mineração, que nos termos dos autores que tomamos como base teórica, podem ser comparados aos ‘pobres’ em Santos (2015), a partir das representações concebidas em diversos meios de divulgação que priorizem as vozes dos atingidos pela mineração (textos jornalísticos, textos de blogs e material audiovisual) ressaltando a importância das representações, do cotidiano e dos simbolismos construídos, conceitos diretamente relacionados à formação sócio-espacial, especificamente a tríade conceitual de Lefebvre (1991), que fundamenta essa discussão.

A mineração de ouro em Paracatu, Minas Gerais tem sido alvo de controvérsias devido a uma extensa discussão sobre contaminação por arsênio e desapropriações de comunidades tradicionais e, recentemente, de moradores de bairros periféricos da cidade. Apesar dos vídeos institucionais amplamente divulgados, notas de esclarecimento e ações de aproximação com a comunidade, não nos interessamos nesse momento pelas representações originadas na empresa mineradora ou no Estado e sim as ressignificações e a ‘explosão’ do vivido dos atingidos, vozes por vezes silenciadas, apresentadas em matérias com pequena abrangência ou pouco acesso, nas canções que exprimem a revolta dos moradores e nos blogs de ativistas e professores que contestam os dados apresentados pela empresa. Dessa forma, nosso posicionamento e intencionalidade são claras e a perspectiva crítica de nosso estudo não advém das teorias e abordagens científicas e sim das premissas e o compromisso dos autores com essa realidade.

A relevância social desse estudo está em problematizar e dar visibilidade ao fenômeno concreto, de grande impacto, que corrobora as discussões acadêmicas já realizadas no âmbito dos conflitos socioambientais e da justiça ambiental (ZHOURI, LASCHESFSKI, 2010), da resistência à mineração (COELHO DE SOUZA, 2015),

inclusive das violações de direitos e resistência à mineração em Paracatu (SANTOS, 2012, BARROS, 2017) e da relação entre empresas e governo (ACSERALD, 2012). A opção por representações que privilegiam os atingidos, traz à tona outro lado da história, daqueles que, mesmo desfavorecidos nas relações de poder, lutam para reconstruir sua realidade.

Diante do exposto, nossa questão de pesquisa é: quais foram as representações produzidas acerca da mineração, contrárias à lógica desenvolvimentista em Paracatu, Minas Gerais? Dessa forma, **o objetivo é compreender a produção e circulação de representações contrárias à atuação da empresa Kinross em Paracatu.** Para responder essa questão, realizamos um estudo a partir de fontes que expressam posicionamentos contrários à atuação da empresa, questionando o desenvolvimento trazido pela mesma e apresentando como a presença da megacorporação afetou o espaço social.

Além dessa introdução, o artigo é composto pelo referencial teórico, procedimentos metodológicos, resultados encontrados. Por fim, nas considerações finais indicamos as principais contribuições, limitações e agenda de pesquisa.

2 | REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Mineração na América Latina e as Especificidades da Mineração em Áreas Urbanas Brasileiras

Segundo o *Mapping Environmental Justice*, EJAtlas(s./d.), na América Latina, conflitos socioambientais advindos da extração mineral denotam a expansão da fronteira da mineração, que atualmente se dá em áreas socialmente e ambientalmente sensíveis (florestas, recursos hídricos, terras de povos indígenas e outros). Ainda segundo o referido mapa, enquanto que em 1970 a extração de minérios metálicos correspondia a 10% do total de extração mineral na América Latina, em 2009 ela correspondia a 25% do total. A aceleração da extração mineral e, conseqüentemente, o decréscimo da qualidade dos depósitos minerais, faz com que mais recursos sejam gastos no processo, como água e energia elétrica, assim como aumenta a quantidade de resíduos gerados e grupos afetados pela atividade. Outra conseqüência tão funesta quanto as anteriores é a forma como são tratados os conflitos socioambientais originados na mineração: ações coercitivas, criminalização e deslegitimação de movimentos sociais e ativistas ambientais são práticas comuns, indicando a arbitrariedade dos Estados latino-americanos ao tratar da questão.

As dimensões da expansão e conflitos socioambientais em torno da mineração na América Latina tornam seu estudo um esforço que não pode ser condensado num único artigo. Considerando isso, dedicamos nesse trabalho, atenção especial para mineração em áreas urbanas, um fenômeno diferenciado que carece de debates em outras perspectivas, além dos estudos de impactos da atividade mineradora (BACCI,

LANDIM, ESTON, 2006; BAPTISTI, SOARES, 2004; FARIAS, 2002) dada a expansão urbana, baixo valor agregado de matérias-primas da construção civil e ainda a ausência de critérios de zoneamento nos municípios que definam prioridades e funções de diferentes áreas.

Os discursos e outras práticas sociais dominantes sobre mineração no Brasil tem sido marcados por afirmações como “a mineração é um dos setores básicos da economia do país, contribuindo de forma decisiva para o bem-estar e a melhoria da qualidade de vida das presentes e futuras gerações, sendo fundamental para o desenvolvimento de uma sociedade equânime” (FARIAS, 2012, pp. 2-3). Segundo o Instituto Brasileiro de Mineração – IBRAM (2012), existem 8.870 mineradoras registradas no Departamento Nacional de Mineração – DNPM, incluindo tanto aquelas em regime de concessão de lavra quanto de licenciamento. Deste total, 3.609 (40,69%) estão localizadas na Região Sudeste. A produção mineral apresenta franco crescimento nas últimas duas décadas, chegando ao pico de 53 US\$ bilhões em 2011, com quedas nos anos seguintes.

Consideramos importante problematizar a afirmação anteriormente exposta, da centralidade do desenvolvimento econômico nas atividades humanas, apresentando aquilo que está sendo ocultado (silenciado) nesse discurso: que desenvolvimento e para quem é esse desenvolvimento?

Corroborando tal afirmação e especificando os conflitos urbanos, Barreto, Silva e Oliveira (2012) constatam que a mineração em áreas urbanas, principalmente em regiões metropolitanas, tem ocasionado vários conflitos acerca do uso da terra, entre eles “impactos ambientais, urbanização desordenada, desmatamento, assoreamento de rios” (Barreto, Silva e Oliveira, 2012, p. 1003), inseridos em processos socioespaciais. Dessa forma, diferentes atores competem pelo uso e ocupação do solo e os processos de intervenção ou de minimização de impactos são incomuns no setor (CINCCOTO, SILVA, 1995). Cincoto e Silva (1995, p. 156, grifo nosso), ao tratarem da mineração na cidade de São Paulo, afirmam que “[...] grande parte das minerações do município está localizada em **áreas comprometidas pela urbanização**”. Interessante pensar que, essas áreas, presentes também em pequenas cidades, são comprometidas pela mineração.

Nesse contexto, é perceptível a pluralidade de interesses, geradora de inúmeros impasses. Tendo isto em mente, é importante para a compreensão da produção do espaço social, a alocação dos atores envolvidos neste espaço. Concebemos que as relações de poder e resistência entre empresas mineradoras, Estado e comunidade não são apenas posições físicas, mas relações dialéticas e marcadas por uma diversidade de interesses. E nisso, o conflito estudado se relaciona dialeticamente com conflitos sobre o uso da terra e sobre os impactos da exploração mineral.

2.2 Espaço, Representações e Contra-espaço

Para Lefebvre (1991), o espaço não pode ser concebido apenas como material,

destacando uma concepção triádica de espaço: práticas espaciais, representações de espaço e espaços de representação. Cada concepção se relaciona com diferentes níveis ou camadas e são impossíveis de serem totalmente separadas – portanto, o espaço engloba as práticas espaciais, as formas de produção e reprodução existentes em nossa sociedade; as representações de espaço, vinculadas a sua abstração e os espaços de representação (NEVES, SCARCELLI, 2016).

Essa concepção leva em consideração as dimensões mental, cultural, social e histórica a partir do conceito de espaço. Assim, as práticas espaciais se relacionam com a vida cotidiana e o emprego do tempo. Nisso, considera associações próximas entre espaço percebido, realidade diária e realidade urbana – rotas, destinos e redes que ligam os espaços como trabalho, vida privada e lazer (LEFEBVRE, 1991). As representações de espaço se relacionam com “a concepção que é feita pelo modo de produção que as produz, ou seja, serão resultado do conceito que as produziu” (MARTINS, 2011, p. 74). Os espaços de representação são “o espaço simbolizado através das imagens e símbolos que as acompanham, o espaço dos artistas e dos filósofos, o espaço da imaginação” (MARTINS, 2011, p. 74).

Importante mediação entre o espaço vivido e o espaço concebido é a representação, a qual não se confunde com os dois espaços citados. As representações se formam justamente no trânsito entre o discurso articulado e a vivência, tanto subjetiva quanto coletiva (Lefebvre, 1983). Segundo Silva (2011, p. 106), “a vivência está cheia de representações, pois é ela – a vivência – o que se representa”. Lefebvre (1983) ainda esclarece que as representações não são fatos de linguagem, apesar de que o discurso é seu suporte. Vistas como categorias ao mesmo tempo estruturantes e estruturadas, ou produtos e produtoras (LEFEBVRE, 1991), de forma semelhante ao espaço social, “uma vez que atuam como elementos estruturadores do pensamento e das práticas sociais, e estruturadas porque pertencentes a um mundo social já simbolizado” (SILVA, 2011, p. 107), é importante destacar as ordens que interferem na produção do espaço e, conseqüentemente, na produção e circulação de representações.

O cotidiano, um dos elementos centrais da teoria lefebvriana e também destacado como espaço vivido em Santos (2015), aparece como um clamor por transformação e por uma política centrada no homem, sua pedagogia da experiência. Desse modo, Santos (2015) destaca a importância do conhecimento de outros lugares e situações críticas, que possibilitem a construção de uma visão crítica e a posterior tomada de consciência, o que consideramos que favorece a produção de contra-espços.

O espaço contraditório ou contra-espço (LEFEBVRE, 1991) pode um conceito importante para se entender os conflitos sócio-ambientais urbanos, segundo Lefebvre (1991), o espaço contraditório é um processo (um espaço-tempo) ou um espaço intermediário, entre o o espaço abstrato – espaço da acumulação capitalista – da reificação alienante e o espaço diferencial, um espaço que acentua as diferenças (LEFEBVRE, 1991), distinto da homogeneização do espaço e que justamente os diferentes modos de uso. Cabe considerar que, como nos elucidou Lefebvre:

“the quest for a ‘counter-space’ overwhelms the supposedly ironclad distinction between ‘reform’ and ‘revolution’. Any proposal along these lines, even the most seemingly insignificant, shakes existing space to its foundations, along with strategies and aims – namely, the imposition of homogeneity and transparency [...]. (LEFEBVRE, 1991, p. 383).

Diante do exposto, consideramos a importância das representações, que são uma mediação entre o espaço vivido (cotidiano e experiência) e o espaço concebido – espaço mental, como forma de pensar outra urbanidade e porque não ‘outra globalização’, possibilidades de saída de projetos homogeneizadores, frutos de indiferenças e interesses restritos, compreendendo que várias representações ‘competem entre si’, algumas se destacando enquanto outras desaparecem. Dessa forma, as representações contrárias à mineração em Paracatu, Minas Gerais, são também meios de disseminar conhecimentos alternativos e saberes locais na produção de um espaço contraditório.

3 | PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Esse trabalho sintetiza uma pesquisa caracterizada como qualitativa-descritiva. Para a coleta de dados foi utilizada a pesquisa documental, que pode ser realizada por meio de uma diversidade de fontes escritas e não escritas tais como: filmes, vídeos, fotografias, relatórios, reportagens de jornais, revistas, cartas, filmes, gravações, etc. (SÁ-SILVA, ALMEIDA, GUINDANI, 2015).

A seleção das fontes de dados necessita de maior detalhamento, dado o objetivo de compreender a produção e circulação de representações contrárias à mineração de ouro em Paracatu. Primeiro, optamos por utilizar como fontes de dados as informações de 3 diferentes mapas de conflitos ambientais, que trazem uma visão geral do conflito social e dos atingidos pela mineração de ouro em Paracatu-MG: o Mapa de Conflitos Ambientais no Estado de Minas Gerais, (GESTA, n.d.), o Mapa de Conflitos envolvendo Injustiça Ambiental e Saúde no Brasil, (FIOCRUZ/FASE, n.d.) e o *Environmental Justice Atlas* (EJATLAS, n.d.). Em seguida buscamos por sites, notícias e produção audiovisual sobre a mineração de ouro em Paracatu, MG que priorizem posicionamentos contrários à mineração em Paracatu.

A análise de dados foi feita por análise temática (Braun & Clark, 2006), seguindo uma sequência estabelecida de etapas: a (1) familiarização (BRAUN, CLARK, 2006; SÁ-SILVA, ALMEIDA, GUINDANI, 2015) se deu pela leitura dos textos selecionados e assimilação dos vídeos e áudios selecionados. Os conteúdos selecionados foram separados de acordo com sua natureza (produção audiovisual, artigos jornalísticos, artigos de blogs). No Quadro 1 apresentamos as fontes de dados oriundas de ativistas, moradores e pesquisadores, de acordo com seu grupo, assim como a quantidade de conteúdos selecionados. No Quadro 2, apresentamos os documentos que, apesar de

não se adequem às características dos conteúdos indicados no Quadro 1, ajudam a compor a narrativa do caso em específico e a expressar posicionamentos da empresa mineradora e de atores da mídia tradicional. Ainda que não seja o foco do trabalho, cabe salientar que por vezes a mídia tradicional trouxe uma visão do conflito que destaca os impactos no meio ambiente e na vida dos moradores da área vizinha à mineração, em programas de TV da rede aberta e também em jornais online de grande repercussão.

Grupo de Conteúdos	Conteúdo Específico	Data*	Título	Visualizações no YouTube
Audiovisual	Documentário	15/10/2010	Ouro de Sangue (Neiva, & Silveira, 2010)	7.342**
	Músicas	14/08/2009	Murro no Olho – Ouro de Sangue	2.562
		16/03/2009	Alerta Paracatu – Salve o Ribeirão Santa Rita, nossa irmã Ritinha, Salve Paracatu	3.367
		16/05/2016	Arsênio – Arsênio***	
		16/05/2016	Arsênio – O poder do ouro***	
		16/05/2016	Arsênio – Codinome***	
		16/05/2016	Arsênio – Ocultan Force***	
Textual	Blogs	17/05/2012	Alerta Paracatu - Arsênio liberado pela Kinross em Paracatu já está bioacessível, revela estudo (Dani, 2012a).	
		17/11/2012	Alerta Paracatu - Incidência de câncer em Paracatu é altíssima, afirma médico especialista. (Dani, 2012b).	
		15/07/2010	SOS Arsenic - The worldwide campaign: stop an invisible mass killing (SOS Arsenic, 2010).	
		24/06/2014	Ecodebate – Denúncia: Arsênio de Paracatu não escolhe vítima (Dani, 2014).	
		10/03/2016	Blog do Prof. Márcio – Carta aberta à população de Paracatu (Santos, 2016)	

Quadro 1: Conteúdo Analisado.

Fonte: Elaborado pelos autores.

*Indica a data de publicação no *Youtube* ou a data da matéria para os textos, **Visualizações da primeira parte do documentário; ***Vídeos ensaios da banda, postados em sua página da rede social Facebook (https://www.facebook.com/Ars%C3%ABnium-371850702910568/?ref=br_rs).

Grupo de Conteúdos	Conteúdo Específico	Data*	Título	Visualizações no YouTube
Audiovisual	Reportagens	11/01/2011	TVP – Kinross Paracatu e os Impactos Ambientais (Derkiê, 2011)	2.075
		09/03/2015	CQC Proteste Já – Paracatu (Hander Júnior, 2015a)	23.338
		29/04/2015	MGTV – Impactos Ambientais (Hander Júnior, 2015b)	1.067
		01/12/2015	Minas Brasil Notícias – Contaminação de Arsênio (Jornalismo Paracatu, 2015)	70

Textual	Jornalísticos	16/03/2015	Agência Brasil – Expansão da maior mina de ouro do país assusta moradores de Paracatu (Laboissière, 2015)
		26/05/2015	El País – Mineração em Paracatu contamina cidade e expõe população ao arsênio (Alessi, 2015).
		02/01/2016	Correio Brasiliense – Arsênio de mineradora de Paracatu contaminou crianças da cidade (Laboissière, 2016).
		29/04/2015	G1 – Liberação de arsênio de mineradora de Paracatu, MG, é tema de audiência (Vieira, 2015).
		25/06/2012	Paracatu.net – Sindicato pede atenção do legislativo quanto às atividades de Mineração em Paracatu (Paracatu.net, 2012).

Quadro 2: Conteúdo Complementar da mídia tradicional.

Fonte: Elaborado pelos autores.

* Indica a data de publicação no *Youtube*.

A partir da leitura e/ou visualização de cada um dos grupos, foram estipulados os (2) temas centrais para o estudo: (a) questão fundiária; (b) expansão da atividade mineradora; (c) deterioração de espaços sociais; e (d) saúde dos moradores. Tais temas foram revistos e uma segunda leitura e visualização do (3) *corpus* de análise foi feita, chegando a três categorias de análise: (a) expansão da fronteira da mineração; (b) a luta pelo direito à saúde; (c) alternativas à miséria da vida cotidiana. Essas categorias são apresentadas em detalhes nos resultados.

4 | RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 Morro de Ouro: a Cidade de Paracatu e a Mineração da RPM/Kinross

Paracatu é um município de 8260,88 km², localizado no Noroeste de Minas Gerais, com população de 84.718 habitantes em 2010 e população estimada de 91.027 habitantes em 2015 (IBGE, 2015). A história do município está intimamente ligada ao ciclo do ouro e a exploração do território nacional para a obtenção de riquezas minerais (IBGE, 2015).

A abundância dos veios de ouro promoveu o rápido crescimento do arraial, promovido a vila em 1789, denominada Paracatu do Príncipe. A riqueza extraída desvaneceu rapidamente, havendo o declínio da produção de ouro aluvial, que deixou como marcas do período duas igrejas tombadas. Em 1840 foi elevado à condição de cidade. Desde o declínio da exploração aurífera, o município se destaca na produção agrícola: no Censo Agropecuário de 2006 (IBGE, 2003), havia o registro de 1.972 estabelecimentos rurais, que totalizavam uma área de 511.992 hectares, sendo atualmente o município com maior área agrícola irrigada do Brasil.

A realidade da extração mineral em Paracatu sofreu novo revés no final dos anos 1980. Em 1987, uma mineradora transnacional, Rio Paracatu Mineração – RPM, se instalou no perímetro urbano do município com as devidas permissões de agências

governamentais para a exploração de uma mina de ouro a céu aberto. A ‘mina do morro de ouro’ é a que possui os menores teores de ouro no mundo (0,43g/ton. de minério) (ALERTA PARACATU, 2009). Desde a instalação da RPM, a mineração de ouro em Paracatu desencadeou graves conflitos relacionados à questão fundiária: a desapropriação de terras de quilombolas para a instalação da mina, envolvendo desapropriação e cooptação de grupos socialmente vulneráveis (GESTA, n.d.)

Até 2003 a principal acionista da RPM era a anglo-australiana Rio Tinto, mas, nesse ano a Kinross Gold Corporation adquiriu maior parte das ações da mineradora e, logo depois, tornou-se a única proprietária da mina. Em 2009, ocorreu a expansão da mina de ouro, que ficou ainda mais próxima dos bairros periféricos de Paracatu (Figura 1). Novas desapropriações foram realizadas e o conflito socioambiental foi agravado, tornando-se mais evidentes impactos comuns da atividade mineradora em áreas urbanas, tais como poluição sonora, poluição atmosférica, deslocamento de ar, rachaduras e trincas em casas de moradores próximos ao local.

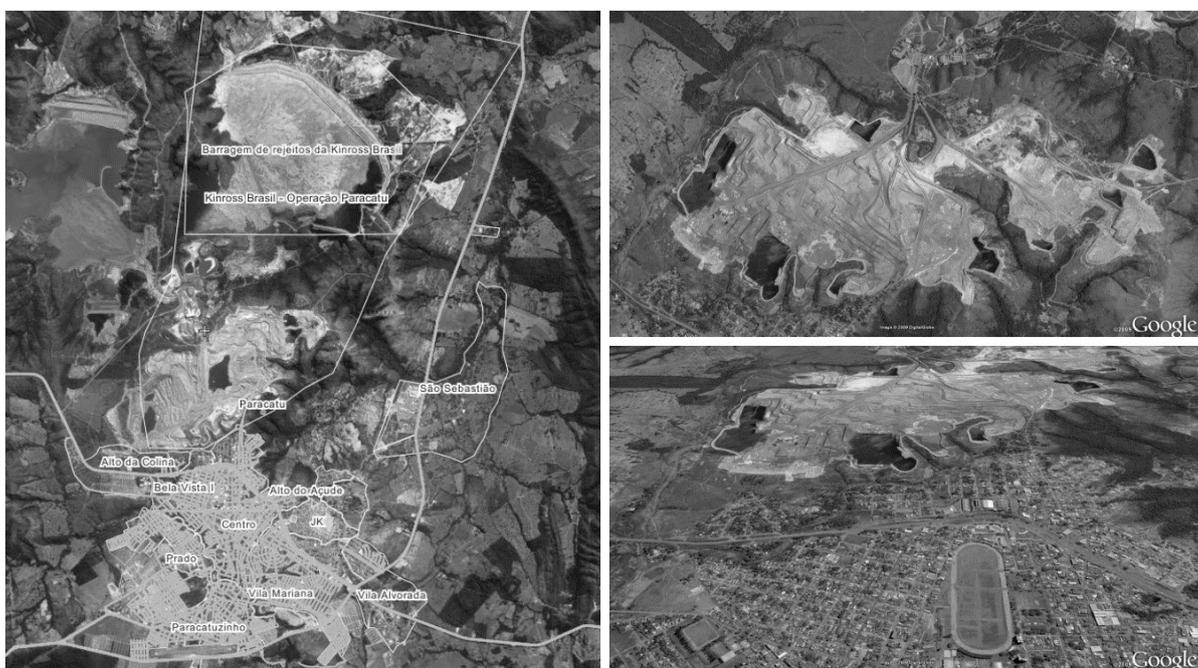


Figura1 – Paracatu e RPM/Kinross.

Fonte: Google (2009).

Adiante, percebemos uma disputa pelo uso do espaço em Paracatu, em que a comunidade se vê cercada por uma empresa transnacional, com enorme poder de barganha e influência no Estado. A perspectiva da produção do espaço social, discutida no tópico a seguir, busca evidenciar como isso ocorre no município, entre dinâmicas de apropriação e dominação. Diante deste quadro, cabe destacar a importância dos espaços de representação e das alternativas às práticas e representações dominantes. Os três tópicos a seguir, que apresentam as três categorias analíticas anteriormente expostas tratam da produção de representações que concorrem e contradizem as representações hegemônicas encontradas na mídia e no discurso de responsabilidade

socioambiental da empresa mineradora. Apesar de nos concentrarmos nos dizeres dos moradores e ativistas da cidade, em textos jornalísticos, de blogs e produção audiovisual, alguns contrapontos e esclarecimentos são trazidos para ilustrar ou esclarecer as situações expostas.

4.2 Comendo Paracatu de Colher pelas Beiradas: a expansão da mineração

Tiram a tranquilidade até nas nossas moradas
Comendo Paracatu de colher pelas beiradas
A poeira que levanta do buraco da ganância
De tamanha atrocidade por onde ela avança
(Salve o Ribeirão Santa Rita, nossa irmã Ritinha. Salve Paracatu! – Autor Desconhecido)

O processo de implantação da mina em 1987 e sua posterior expansão envolveu conflitos com comunidades tradicionais e moradores do município. A área utilizada pela mineradora pertencia a comunidades remanescentes de quilombos, reconhecidas e certificadas pela Fundação Cultural Palmares – FCP, cujas terras não foram demarcadas e processos de indenização para a desapropriação de terras permanecem sem solução (GESTA, n.d.). A expansão da mina, em 2008, para a triplicação da produção de ouro (de 5 para 15 ton./ano) e volume de minério processado de 18 para 60 milhões de ton./ano, até 2040 (Fiocruz/Fase, n.d.).

Interessante figura de linguagem é utilizada pelos moradores para retratar a exploração de ouro em Paracatu por uma empresa transnacional: “Paracatu tá parecendo uma colônia, [...] de quando os portugueses vieram pra cá” (Neiva, & Silveira, 2010). Indagada sobre como é ter um vizinho como a RPM, a moradora R. Machado, afirma que “é um horror, um absurdo, uma afronta, uma falta total de respeito com a gente. Eles ameaçam a gente de todas as formas” (NEIVA, SILVEIRA, 2010). Além das desapropriações e moradores que cederam à pressão exercida pela empresa – “eles estão tirando todo mundo do lugar” [M. C. dos Santos] – há casos de moradores do bairro Amoreiras 2 que já venderam seus terrenos e que novamente são atingidos pela mineração, dada a expansão da mina: “Saí, mas continuo vizinha da mineradora. É muita poeira e muito barulho. A casa vive cheia de rachaduras por causa das detonações – E. da S. Pereira (LABOISSIÈRE, 2015).

A paisagem de Paracatu também aparece como elemento visual de maior destaque, da cidade a ser engolida pela mineração: “a imagem é de terra arrasada, cenário de filme apocalíptico [...]. A mina, hoje a maior do país em movimentação de minério, não pára de crescer para atender à corrida mundial pelo ouro”, cujo valor de venda e demanda tem aumentado exponencialmente nos últimos anos (DERKIÊ, 2011).

O impacto ambiental nos córregos São Domingos e Santo Antônio e no Ribeirão Santa Rita é profundo, os córregos estão assoreados e com baixíssima vazão de água, enquanto o Ribeirão está com as águas contaminadas, tal situação leva à

escassez na comunidade de São Domingos (GESTA, n.d.): “todo ano dava enchente aqui, a água ia até aquela mangueira, hoje a água não passa da cerca” – R. Machado. Os moradores ainda indicam o impacto na fauna e na flora, com espécies nativas cada vez mais raras, “acabou a água, acabou as mangabas, os pequis, acabou as gabiobas” (NEIVA,SILVEIRA, 2010). Adiante, os moradores, após o crime ambiental de Mariana, MG, também expressam sua preocupação com a barragem de rejeitos da Kinross, que em audiência pública sobre a segurança das barragens, manifestaram o medo que sentem das explosões e do rompimento da barragem (JORNALISMO PARACATU, 2015).

As informações e relatos anteriormente trazidos indicam que a expansão da mineradora afeta as comunidades do entorno, social, ambiental e culturalmente, havendo incompatibilidade entre tal expansão e o uso do espaço pela comunidade, num processo de territorialização predatória, que desconsidera a presença de comunidades seculares. Poucos moradores ainda se mantêm em suas terras, cujos terrenos vizinhos já foram todos comprados pela mineradora, apesar da proximidade com a mina e os transtornos gerados, alguns enxergam tal posição como alternativa única de manter condições mínimas de abrigar suas famílias (NEIVA,SILVEIRA, 2010), mesmo que em um espaço deteriorado pela mineração. As canções analisadas (banda Arsênium) também retratam a contradição entre o uso do solo pela empresa e pela comunidade, assim como criticam a destinação dos lucros vultosos da mineração e o ônus social e ambiental deixado para os moradores e as próximas gerações num caráter de crítica e denúncia da realidade do município.

4.3 O Morro Morto: a luta pelo direito à saúde

A poluição que está nos matando
Vem da montanha, do morro morto
Crianças que nascem com formas de porcos
Porcos mutantes com formas de gente
(Ouro de Sangue – Banda Murro no Olho)

Outro ponto de debate e contradição entre pareceres de órgãos reguladores, pesquisadores e moradores é a contaminação por arsênio. De acordo com a SOS Arsenic (2010), o arsênio é uma das mais potentes toxinas ambientais, espalhado na água, no solo e no ar, afetando praticamente todos os órgãos e relacionado às 10 principais causas de morte da Organização Mundial da Saúde, dentre elas doenças cardiovasculares, diabetes, doenças do sistema nervoso e pode até mesmo agravar doenças infecciosas por afetar o sistema imunológico dos seres vivos por ele contaminados. Essa contradição é vista nas palavras de Vieira (2016): “Para alguns, os efeitos do metal liberado na mineração em Paracatu é [sic] responsável por casos de câncer na cidade. Outros dizem que a concentração do produto é baixa e não

causa risco à saúde”.

O relatório do CETEM – Centro de Tecnologia Mineral, de um estudo realizado entre março de 2011 e dezembro de 2013 e apresentado em audiência pública em 18 de março de 2014, indicava “que as concentrações de arsênio nas águas de abastecimento doméstico e no ar podem ser consideradas baixas”, assim como amostras de sangue, urina e cabelo apresentaram um teor menor ou igual aos níveis de referência da Organização Mundial da Saúde e da legislação Brasileira (VIEIRA, 2016). Referenciais estes criticados por ativistas e pesquisadores que consideram não haver um valor mínimo seguro (SOS ARSENIC, 2010). O relatório do CETEM também foi criticado por nova reunião ter sido feita em 22 de março de 2016, sem a presença de moradores atingidos, e que os dados anteriormente apresentados careciam de correções:

Nessa nova reunião a portas fechadas, os pesquisadores do CETEM, Instituto Evandro Chagas e Unicamp informaram que a “reanálise” dos dados apresentados na audiência pública de 2014 revelou que a média de contaminação por arsênio em Paracatu é de 15 µg/L (microgramas por litro) de urina, ou seja, quase cinco vezes o que eles mesmos haviam anunciado, e que na verdade existiriam, entre as cerca de 800 pessoas amostradas, 13 casos de contaminação por arsênio acima de 50 µg/L na urina, inclusive três pessoas teriam apresentado arsênio acima de 100 µg/l na urina: uma moradora do bairro Paracatuzinho e outros dois moradores do bairro Amoreiras. As outras pessoas que teriam apresentado concentração de arsênio na urina acima de 50 µg/l foram 2 moradores do bairro Paracatuzinho e 8 do bairro Amoreiras. (MARQUES, 2016).

Em 2012, 425 pacientes de Paracatu eram tratados no Hospital de Câncer de Barretos, referência nacional para o tratamento dessa doença (DANI, 2012a), tanto que uma casa de apoio para pacientes com câncer foi instalada em Paracatu, que em 2015, atendia entre 2 a 12 pacientes por dia. B. Petrov, um dos diretores do hospital, afirmou que “em 2014, o Hospital do Câncer, realizou 1.153 atendimentos de pacientes vindos da cidade de Paracatu” (HANDER JÚNIOR, 2015a).

Assim, mesmo que em um primeiro momento a vinculação da luta pela saúde possa parecer distante da produção social do espaço, as disputas e contradições entre diferentes autores quanto à contaminação por arsênio, assim como a relação dos moradores com essa disputa, evidenciam elementos que impactam diretamente o cotidiano, as experiências, ou seja, os espaços de representação.

Os moradores relatam como sua saúde foi alterada após o início da mineração da RPM/Kinross: “nós morava aqui antes dessa firma vir pra cá, nós brincava, corria nesses pastos e não sentia nada. E depois dela a vida de nós mudou totalmente. É só remédio, gastamos o que nós não tem” – S. P. da Cruz (NEIVA, SILVEIRA, 2010). Os relatos de câncer, dos moradores cujos relatos estão no conteúdo audiovisual e nos textos analisados, são frequentes e denotam a insegurança e a incerteza dessas pessoas quanto ao seu futuro e ao futuro de suas famílias (NEIVA, SILVEIRA, 2010; DANI, 2014; HANDER JÚNIOR, 2015a, 2015b).

Nova audiência Pública foi realizada em 28 de junho de 2016, em que o geólogo M. J. dos Santos apresentou dados de pesquisa independente realizada em 2015, cujos resultados indicam altos níveis de contaminação, principalmente em crianças (Laboissière, 2016; Paracatu.net, 2016). Assim, as contradições e disputas quanto à contaminação de arsênio são atuais. Aqui as representações que desafiam a ordem estabelecida são encontradas nas canções de Arsênium, banda paracatuense de *black metal* e de Murro no olho, banda *punk* de Brasília, destacando as referências a contaminação, mutações e o descaso das autoridades competentes com a natureza e a saúde da população.

4.4 Alternativas à Miséria da Vida Cotidiana: entre o lamento e o desvelamento de uma realidade opressora

Sete quilos de arsênio são liberados no ar
Por uma grama de ouro que daqui vai voar
Pro Canadá!
Por que o ouro tem poder de mandar calar
(O poder do Ouro – Banda Arsênium)

Diante da apresentação dos dilemas da expansão da atividade de mineração e da luta pela saúde, cabe agora refletirmos mais profundamente sobre a degradação do espaço social pela atividade mineradora e como o cotidiano dos moradores é afetado (além dos transtornos das detonações e dos riscos de contaminação). Nos conteúdos produzidos de forma independente, percebemos um sentimento de nostalgia e lamento, um lamento pelas relações sociais e o envolvimento com a natureza local, transformados e deteriorados pela ação da empresa mineradora, assim como um desencantamento com a realidade atual e seus locais de enunciação:

Eu não acho certo não. Eu acho um horror, eu fico olhando isso aqui [o córrego assoreado]. Acho um horror terem feito um absurdo desse aí. Uma coisa tão bonita quanto era aqui, entende? A gente sente muito, muito mesmo. As beleza que nós já viu aqui nessa praia e agora ver desse jeito. A gente lamenta muito – C. L. dos Reis. (NEIVA, SILVEIRA, 2010).

Os moradores fazem um retrato de desesperança diante da situação que enfrentam e do poder e influência que a RPM/Kinross possui junto as autoridades locais e estaduais: “todo mundo calou a boca, porque todo mundo morre de medo da RPM, que a RPM tem dinheiro, a gente não” [M. L. Oliveira] ou ainda “eles são pessoas muito poderosas, a gente é que tem que se retirar né?” [N. A. de Oliveira] (NEIVA, SILVEIRA, 2010). Essas são frases comuns, como os moradores interpretam sua relação conflituosa com a empresa mineradora. Há ainda relatos de profissionais que não conseguem desenvolver mais suas atividades, como os ourives de Paracatu,

já que ouro não é mais comercializado no município

Cabe ainda destacar que, diante do ‘esvaziamento’ das comunidades e desapropriações, a cultura do município também foi prejudicada. R. F. da Silva destaca que a Caretada, festa tradicional do município em homenagem a São Domingos, passada há várias gerações, em que os participantes utilizam máscaras e trajes típicos, dificilmente ocorre e com número reduzido de participantes, ainda afirma: “uma nova escravatura para o meu povo, que não te obriga a trabalhar, não te bate, mas te impede de você viver como você vivia” (NEIVA, SILVEIRA, 2010).

A modificação profunda nas condições materiais e imateriais é ponto de acordo nos depoimentos, assim como a chegada de um momento que que moradores, com pesar, abandonam o local em que nasceram e foram criados – “nascido e criado”, uma figura de linguagem comum para se indicar os vínculos fortes com comunidades e com locais de origem.

Moradores também relatam a dificuldade de conseguir indenizações e de até mesmo acessar o Poder Público, enquanto alguns ‘não entraram na justiça’ por acharem que ‘não tinha jeito’ e não possuem qualquer forma de apoio jurídico e institucional e que onde irem, as portas se fecharão, outros relatam a morosidade de processos: “o [processo] que eles [pessoas da RPM/Kinross] entram é rápido, quando é do povo não anda” – R. Machado (Neiva, & Silveira, 2010). Morosidade que é relatada nas ações civis públicas movidas contra a RPM/Kinross:

Uma Ação Civil Pública (ACP) proposta pela Fundação Acangau defende que a mineração de ouro em Paracatu é economicamente inviável, ecologicamente insustentável e socialmente injusta. Esta ACP pediu a realização de um estudo epidemiológico clínico-laboratorial e a interrupção imediata do envenenamento crônico da população de Paracatu, mas está suspensa, por decisão judicial e com a anuência do Ministério Público, desde 2009. (DANI, 2012b).

Tais evidências nos levam a considerar o papel central da violência (estrutural) contra culturas e povos, impossibilitados de manter suas tradições e os locais de sua convivência, expressão do seu cotidiano e das suas experiências: “isso é retirar do indivíduo parte do próprio direito à vida, em sentido pleno, que não é só estar vivo, comendo, dormindo e trabalhando. É a sua cultura” – P. M. Serrano Neves (NEIVA, SILVEIRA, 2010). Salientamos também, que de forma mais extensiva, a essas pessoas é negado o direito à cidade, o direito à obra, de fazer parte da construção de seus futuros, a antítese do que é defendido por autores como Henri Lefebvre (1991, 2001) e David Harvey (2014): é a miséria da vida cotidiana, no esvaziamento de significados e extinção dos lugares de encontro e simultaneidade.

Na corrente de pensamento da busca pelo direito à cidade, da política feita pelos pobres, ou por aqueles que destoam da racionalidade hegemônica, podemos destacar das produções textuais e audiovisuais aqui apresentadas a atuação de ativistas, pesquisadores e organizações da sociedade civil, alguns deles (S. U. Dani; P. M. Serrano

Neves; M. J. dos Santos; S. Neiva; A. Silveira, dentre outros) atuam diretamente na ressignificação de cotidiano das comunidades de Paracatu e na produção de conteúdo que evidencia as vozes da população e também em organizações da sociedade civil, redes de apoio e movimentos sociais, cujas relações fogem ao escopo desse trabalho.

Buscando reflexões sobre o pensamento de Lefebvre (1991, 2001) e Santos (2014), verificamos a importância da produção e circulação de outros conhecimentos, que evidenciem as experiências daqueles cujas vozes muitas vezes são silenciadas ou que as presenças são desconsideradas ou apagadas nos momentos de decisão, dos quais não tomam nem fazem parte. As representações, como meio termo entre o vivido e o concebido, podem favorecer a disseminação de informação e fomentar discussões e reflexões, para que então possamos pensar outro modo de lidar com a extração mineral e, mais importante ainda, dar às pessoas a centralidade que merecem nas decisões, análises e produções acadêmicas.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Encontramos que o uso de teorias de formação socioespacial, nas dimensões física, mental e social, e na mediação entre vivido e concebido, as representações, pode trazer perspectivas diferenciadas para se tratar conflitos advindos da atividade mineradora, principalmente em áreas urbanas. Em um contexto mais amplo, o modelo extrativista para minérios adotado no Brasil e na América Latina, como indica o *Environmental Justice Atlas*, é profundamente vinculado à atuação de empresas transnacionais, cuja atuação predatória e complacência (na melhor das hipóteses) dos Estados, tem gerado inúmeros conflitos. Paracatu está inserida nessa realidade, daí a importância de pensarmos que os efeitos da globalização, assim como da planificação dos espaços trazem contribuições relevantes não apenas para os Estudos Organizacionais, indicando a centralidade da política nos conflitos socioambientais, onde a periferia é cada vez mais facilmente percebida, enquanto os centros de poder e tomada de decisão são difusos.

A perversidade dessas relações entre o capital, Estado e atingidos, revela a fragmentação e a tentativa de homogeneização dos espaços sociais, que como esclarece Lefebvre (2013, p. 123) leva a uma “[...] contradição (diabólica) não expressa, inconfessa, não explicitada”. Ainda assim, mesmo que os empresários das megacorporações atuem sem consideração pelas comunidades no entorno das minas, ou orientados por uma “responsabilidade socioambiental”, outras racionalidades e outros saberes transitam pelo espaço ou território afetado. Ainda mais: outras representações, que contestam a imposição do modelo desenvolvimentista e da importância dos empregos e dos tributos, são produzidas por ativistas, pesquisadores e moradores de Paracatu-MG

Em meio a desesperança e tristeza, notáveis nos dizeres e semblantes dos

atingidos (presentes nas representações audiovisuais), cabe destacarmos que outros locais já conseguiram vitórias significativas para a preservação de sua natureza e comunidades, por exemplo, a *Kinross Gold Corporation* teve suas atividades de exploração de águas para uso na mineração de ouro embargadas pelo governo chileno, ainda que o dano ambiental tenha sido imenso (Reuters, 2016). Na outra extremidade, para transitarmos entre o otimismo e pessimismo, há cidades, como Cerro de Pasco, no Peru em que a cidade foi literalmente engolida pela mineração, com altíssimos níveis de contaminação por chumbo e grande parte das casas próximas ao abismo tornaram-se inabitáveis (MICHEL, 2014). Esses dois casos, dentre tantos outros, indicam a necessidade de repensarmos ações e a produção e circulação de representações, com o intuito de promover os primeiros passos de um projeto utópico de transformação de uma atuação empresarial que desconsidera a importância das comunidades, seus locais e relações, o que remete a produção de um espaço contraditório ou contra-espaço.

Quanto às limitações deste trabalho, destacamos que, devido à busca por aprofundamento das representações advindas da mídia não tradicional, temos ciência que um pequeno volume de material foi processado, escolhido especialmente para propiciar uma narrativa de diferentes aspectos do cotidiano dos moradores, a partir da lente e das escolhas dos produtores do material audiovisual ou textual. Dessa forma, ao tomarmos as falas de moradores e ativistas a partir de um material já produzido e divulgado, estamos levando em conta um processo de edição e seleção de conteúdo prévios. Um maior volume de dados poderia trazer outras nuances para o estudo, o que de toda forma se justifica pelo escopo do trabalho – com destaque para meios que tragam posições e representações contra-hegemônicas. Cabe ainda destacar que quaisquer tentativas de entendimento das ressignificações do cotidiano dos moradores perpassa o contato direto e a coleta de dados primários, junto aos moradores.

Quanto a uma possível agenda de pesquisa, destacamos elementos evidenciados que carecem de maiores esclarecimentos, mas que não pertenciam ao escopo do trabalho e outros suscitados pelos resultados que encontramos: (a) as desapropriações e apagamento de comunidades tradicionais traz à tona a importância de se discutir o racismo ambiental e como muitos dos conflitos se dão por atividades empresariais predatórias que afetam grupos vulneráveis, como quilombolas e indígenas, dentre outros; e (b) dentro da necessidade de conhecer outros locais e experiências, é também importante verificar como a contradição da atividade mineradora e o uso do espaço se dá em outros conflitos socioambientais, em áreas urbanas ou rurais, no estado de Minas Gerais e na América Latina.

REFERÊNCIAS

ACSELRAD, H.. Paradoxos da ambientalização do Estado brasileiro: liberalização da economia e flexibilização das leis. In: RIBEIRO, C. T.; LIMONAD, E.; GUSMÃO, P. P. de (Org.). *Desafios ao*

planejamento: produção da metrópole e questões ambientais. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2012, p. 115-136.

ALESSI, G. *Mineração em Paracatu contamina cidade e expõe população ao arsênio*. Disponível em: <http://brasil.elpais.com/brasil/2015/05/25/politica/1432561404_705347.html>. Acesso em: 20 jun. 2016.

BACCI, D. d. L. C.; DINIZ, T. M. R. d. G. Mining in urban areas: methodological proposal for the identification and mediation of socio-environmental conflicts. *Rem: Revista Escola de Minas*, n. 66, p. 369-374, 2013.

BACCI, D. d. L. C.; LANDIM, P. M. B.; ESTON, S. M. de. Aspectos e impactos ambientais de pedreira em área urbana. *Rem: Revista Escola de Minas*, n. 59, p. 47-54, 2006.

BAPTISTI, E. de; JORGE, N. F.; SOARES, L. Mineração de agregados em área urbana: planejamento integrado e recuperação ambiental. *Exacta*, v. 2, p. 203-212, 2004.

BARRETO, E. P.; SILVA, C. M. M.; OLIVEIRA, P. F. P. Análise da Mineração em Áreas Urbanas no Contexto do Ordenamento Territorial: Estudo de Caso do Município de Jabotão dos Guararapes, Nordeste do Brasil. *Revista Brasileira de Geografia Física*, v. 5, n. 5, p. 1002-1018, 2012.

BARROS, J. N. *Mineração e violação de direitos: o caso da empresa Kinross em Paracatu (MG)*. Rio de Janeiro: Justiça Global, 2017.

BRAUN, V.; CLARKE, V. Using thematic analysis in psychology. *Qualitative Research in Psychology*, v. 3, n. 2, p. 77-101, 2006.

COELHO DE SOUZA, C. H. *O "espaço da resistência" na Serra do Gandarela: Instrumentos, Contraposições e a necessária utopia*. Tese de Doutorado, na Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais, 2012.

DANI, S. U. *Arsênio liberado pela Kinross em Paracatu já está bioacessível, revela estudo*. 17 maio 2012. Disponível em: <<http://alertaparacatu.blogspot.com.br/2012/05/arsenio-liberado-pela-kinross-em.html>>. Acesso em 20 jun. 2016.

DANI, S. U. (2012, 17 novembro). *Incidência de câncer em Paracatu é altíssima, afirma médico especialista*. 17 nov. 2012. Disponível em <<http://alertaparacatu.blogspot.com.br/2012/11/incidencia-de-cancer-em-paracatu-e.html>>. Acesso em 20 jun. 2016.

DANI, S. U. *Denúncia: Arsênio de Paracatu não escolhe vítima*. 24 jun. 2014. Disponível em: <<https://www.ecodebate.com.br/2014/06/24/denunciaarseniodeparacatunaoescolhevitima/>>. Acesso em 20 jun. 2016.

DANI, S. U.; SANTOS, M. J. dos. (2016, 28 junho). *Carta aberta à população de Paracatu*. 28 jun. 2016. Disponível em: <<http://alertaparacatu.blogspot.com.br/2016/07/carta-aberta-populacao-de-paracatu-28.html>>. Acesso em 30 jun. 2016.

DERKIÊ, L. [ruiter872]. *Kinross Paracatu e os problemas ambientais*. [Arquivo de vídeo]. 01 jan. 2011. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=8rk4F8pLEBY>>. Acesso em 20 jun. 2016.

FARIAS, C. E. G. Mineração e Meio Ambiente no Brasil. *Relatório do CGEE/PNUD*, 2002. Disponível em: <http://www.em.ufop.br/ceamb/petamb/cariboost_files/miner_c3_a7_c3_a3o_20e_20meio_20ambiente.pdf>. Acesso em 20 jun. 2016.

FIOCRUZ/FASE. *Poluição ambiental grave e persistente, exposição crônica ao arsênio e outras substâncias tóxicas, além de expulsão de comunidades tradicionais, são algumas das consequências da extração de ouro a céu aberto em Paracatu*. Disponível em: <<http://www.confliotoambiental.icict>>.

fiocruz.br/index.php?pag=ficha&cod=219>. Acesso em 20 jun. 2016.

GESTA. *Denúncia de contaminação por metais pesados de propriedades adjacentes à extração de ouro em Paracatu*. Disponível em: <<http://conflitosambientaismg.lcc.ufmg.br/conflito/?id=461>>. Acesso em 20 jun. 2016.

HANDER JÚNIOR. *CQC Paracatu - Proteste Já - 09/03/2015*. [Arquivo de vídeo]. 10 mar. 2015. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=eoaqEE2BmFU>>. Acesso em 20 jun. 2016.

HANDER JÚNIOR. *Paracatu MGTV_29/04/2015*. [Arquivo de Vídeo]. 30 abril 2015. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=dX1CwjQi8Y0>>. Acesso em 20 jun. 2016.

HARVEY, D. *Cidades Rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana*. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

IBGE. *IBGE Cidades – Paracatu, 2015*. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=314700>>. Acesso em 20 jun. 2016.

JORNALISMO PARACATU. *Audiência Pública debate segurança das barragens da Kinross em Paracatu*. [Arquivo de vídeo] 01 dez. 2015. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=8g75nFxWCcc>>. Acesso em 20 jun. 2016.

LABOISSIÈRE, P. (2015, 16 março). *Expansão da maior mina de ouro do Brasil assusta moradores de Paracatu*. 16 mar. 2015. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2015-03/expansao-da-maior-mina-de-ouro-do-pais-assusta-moradores-de-paracatu>>. Acesso em 20 jun. 2016.

LABOISSIÈRE, P. (2016, 02 janeiro). *Arsênio da mineradora de Paracatu contaminou crianças*. 02 jan. 2016. Disponível em: <http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2016/01/02/interna_cidadesdf,512559/arsenio-de-mirneradora-de-paracatu-contaminou-criancas-da-cidade.shtml>. Acesso em: 20 jun. 2016.

LEFEBVRE, H. *The Production of Space*. Oxford: Blackwell Publishing, 1991.

LEFEBVRE, H. *O Direito à Cidade*. São Paulo: Centauro, 2001.

LEFEBVRE, H. Prefácio: a produção do espaço. *Estudos Avançados*, v. 27, n.79, p. 123-132, 2013.

MARQUES, L. (2016, 28 junho). *Nível de contaminação por arsênio em Paracatu está muito além do considerado ideal, aponta estudo*. 28 jun. 2016. Disponível em: <<http://paracatu.net/view/6839-nivel-de-contaminacao-por-arsenio-em-paracatu-esta-muito-alem-do-considerado-ideal-aponta-estudo>>. Acesso em: 20 jun. 2016.

MARTINS, S. F. Considerações a respeito da produção do espaço em Henri Lefebvre. In: MACHADO, C. R. S.; MARTINS, C. A. A. *Leituras do pensamento de Henri Lefebvre: aproximações e desafios*. Rio Grande: Editora da FURG, 2011, p. 69-84

MICHEL, A. H. (2014, 29 dezembro). *A cidade engolida pela mineração*. Disponível em: <http://motherboard.vice.com/pt_br/read/a-cidade-engolida-pela-mineracao>. Acesso em: 20 jun. 2016.

NEIVA, S.; SILVEIRA, A. [Sandro Neiva]. *Ouro de Sangue* [Arquivo de vídeo]. 15 out. 2010 [2008]. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=GWQWlhPqSHE>>; <https://www.youtube.com/watch?v=m_OuhWFOWBg>; <<https://www.youtube.com/watch?v=NnfPuzGHnKQ>>; <<https://www.youtube.com/watch?v=ENGyzwmT8YU>>; <<https://www.youtube.com/watch?v=ujBaEI9m-iw>> [partes 1 a 5]. Acesso em: 20 jun. 2016.

NEVES, L. R.; SCARCELLI, I. R. *Cidade: Uma análise psicossocial do espaço citadino após*

inundação. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, v. 63, p. 159-180, 2016.

PARACATU.NET. *Sindicato pede atenção do legislativo quanto às atividades de mineração em Paracatu*. 25 jul. 2012. Disponível em: <<http://paracatu.net/view/3776-sindicato-pede-atencao-do-legislativo-quanto-as-atividades-de-mineracao-em-paracatu>>. Acesso em: 20 jun. 2016.

REUTERS. *Chile regulators shuts down Kinross mine water installation*. 20 mar. 2016. Disponível em: <<http://www.reuters.com/article/chile-mine-idUSL2N16S0BX>>. Acesso em: 20 jun. 2016.

SÁ-SILVA, J. R.; ALMEIDA, C. D. de; GUINDANI, J. F. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. *Revista Brasileira de História & Ciências Sociais*, v. 1, n. 1, p. 1-15, 2015.

SANTOS, M. J. dos. *O Ouro e a Dialética Territorial em Paracatu – opulência e resistência*. Dissertação de Mestrado, no Programa de Pós Graduação em Planejamento e Gestão Ambiental da Universidade Católica de Brasília, 2012.

SANTOS, M. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. Rio de Janeiro: Record, 2015.

SILVA, L. R. da. As representações na obra de Henri Lefebvre: aporte teórico para um estudo sobre a produção/circulação de representações sobre os negros na escola brasileira. In: MACHADO, C. R. S.; MARTINS, C. A. A. *Leituras do pensamento de Henri Lefebvre: aproximações e desafios*. Rio Grande: Editora da FURG, 2011, p. 101-114.

SOS ARSENIC. (2010, 15 julho). *The worldwide campaign: stop an invisible mass killing*. 15 jul. 2010. Disponível em: <<http://sosarsenic.blogspot.com.br/2010/07/stop%ADinvisible%ADmass%ADkilling%ADworldwide.html>>. Acesso em: 20 jun. 2016.

VIEIRA, F. (2015, 29 abril). *Liberção de arsênio de mineradora de Paracatu, MG, é tema de audiência*. 29 abril 2015. Disponível em: <<http://g1.globo.com/minas-gerais/triangulo-mineiro/noticia/2015/04/liberacao-de-arsenio-de-mineradora-de-paracatu-mg-e-tema-de-audiencia.html>>. Acesso em: 20 jun. 2016.

ZHOURI, A.; LASCHESFSKI, K. *Desenvolvimento e conflitos ambientais*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-050-6

